Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

BETWEEN DISCOURSES AND PRACTICES: CHALLENGES OF INTERDISCIPLINARY ENVIRONMENTAL EDUCATION IN BASIC EDUCATION

ENTRE DISCURSOS Y PRÁCTICAS: DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL INTERDISCIPLINARIA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

Clemil Camelo[1]

Resumo: Este estudo analisa os desafios da Educação Ambiental (EA) interdisciplinar na educação básica, a partir das concepções e práticas docentes em uma escola pública estadual de Diadema (SP), sendo parte da dissertação de mestrado do autor. De abordagem qualitativa, configura-se como estudo de caso, utilizando questionários semiestruturados, entrevistas e análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo. Os resultados indicam que, embora os docentes reconheçam a importância da temática ambiental, predominam concepções naturalistas e conservacionistas, centradas na preservação e na conscientização individual. As práticas de EA mostram-se pontuais, fragmentadas e pouco articuladas ao currículo, concentrando-se principalmente na disciplina de Ciências.
Palavras-chave: Educação Ambiental crítica; Educação Ambiental interdisciplinar; Concepções docentes; Práticas pedagógicas; Formação docente.

Abstract: This study analyzes the challenges of interdisciplinary Environmental Education (EE) in basic education, based on teachers' conceptions and practices in a state public school in Diadema, São Paulo, and is part of the author's master's dissertation. Adopting a qualitative approach, it is characterized as a case study, using semi-structured questionnaires, interviews, and documentary analysis of the School Political-Pedagogical Project (PPP). The data were examined through content analysis. The results indicate that, although teachers recognize the importance of environmental issues, naturalistic and conservationist conceptions predominate, centered on preservation and individual awareness. EE practices are sporadic, fragmented, and poorly integrated into the curriculum, being concentrated mainly in Science classes.
Keywords: Critical Environmental Education; Interdisciplinary Environmental Education; Teachers conceptions; Pedagogical practices; Teacher training.

Resumen: Este estudio analiza los desafíos de la Educación Ambiental (EA) interdisciplinaria en la educación básica, a partir de las concepciones y prácticas docentes en una escuela pública estatal de Diadema, São Paulo, y forma parte de la tesis de maestría del autor. Con un enfoque cualitativo, se configura como un estudio de caso, utilizando cuestionarios semiestructurados, entrevistas y análisis documental del Proyecto Político-Pedagógico (PPP). Los datos fueron examinados mediante análisis de contenido. Los resultados indican que, aunque los docentes reconocen la importancia de la temática ambiental, predominan concepciones naturalistas y conservacionistas, centradas en la preservación y la concienciación individual. Las prácticas de EA son puntuales, fragmentadas y poco articuladas al currículo, concentrándose principalmente en la asignatura de Ciencias.
Palabras clave: Educación Ambiental crítica; Educación Ambiental interdisciplinaria; Concepciones docentes; Prácticas pedagógicas; Formación docente.

[1] Mestre em Ciências. Professor SEDUC – SP. camelo@unifesp.br

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

1 Introdução

A intensificação das problemáticas socioambientais nas últimas décadas tem evidenciado, de forma mais explícita, um problema que, embora já existente, poucos enfrentavam com a devida seriedade a urgência de formar sujeitos críticos, capazes de ler o mundo em sua complexidade e de intervir, ainda que de modo modesto, nas intricadas relações entre sociedade e natureza. É nesse terreno movediço, entre a degradação dos ecossistemas e a desigualdade social, que a Educação Ambiental (EA) se consolida como um campo estratégico. Reconhecida internacionalmente desde a Conferência de Estocolmo (1972) e fortalecida pela Conferência de Tbilisi (1977), a EA passou a ocupar, ainda que de forma desigual, os discursos e as políticas educacionais. No Brasil, sua institucionalização ganhou corpo com a Lei nº 9.795/1999, que a torna componente essencial da educação nacional, prevendo seu desenvolvimento de maneira contínua, permanente e interdisciplinar (BRASIL, 1999).

A opção pela interdisciplinaridade, na Educação Ambiental, nasce do reconhecimento de que os problemas ambientais não cabem em gavetas disciplinares. São questões porosas, tecidas por fios ecológicos, sociais, políticos e econômicos que se entrelaçam de modos nem sempre previsíveis. Como observa Layrargues (2004), a EA precisa promover uma leitura crítica da realidade, que não se contenta com explicações superficiais. Sauvé (2005), por sua vez, adverte que educar ambientalmente não é ensinar coisas sobre o ambiente, mas construir modos de se relacionar com ele. E isso exige práticas pedagógicas que integrem saberes, contextos e afetos.

No entanto, entre o que se prescreve e o que se pratica, há um abismo. Apesar do respaldo teórico e legal, a Educação Ambiental na educação básica brasileira ainda ocorre de forma fragmentada, quando não esvaziada de sentido. Pesquisas como as de Reigota (2002) mostram que o meio ambiente, no imaginário de muitos professores, aparece reduzido à natureza intocada, como se o social não lhe dissesse respeito. Essa visão simplificada acaba por confinar a EA às aulas de Ciências, contrariando sua vocação interdisciplinar e tolhendo seu potencial formativo.

Jacobi (2003) acrescenta que, para que a EA se efetive na escola, são necessárias transformações estruturais, tanto na formação docente quanto na própria organização curricular. A ausência de uma preparação específica e continuada, aliada a um currículo ainda refém da lógica disciplinar, figura entre os principais obstáculos à consolidação de práticas integradoras.

É nesse ponto que o professor se torna figura central, talvez a mais decisiva. Suas concepções, suas angústias e seus saberes cotidianos moldam, muitas vezes sem que ele próprio perceba, as práticas pedagógicas que desenvolve. Como apontado na pesquisa de mestrado que fundamenta este artigo, boa parte dos docentes ainda opera com uma compreensão limitada da Educação Ambiental, associando-a a atividades pontuais, como uma semana do meio ambiente ou um mutirão de limpeza, descoladas de uma abordagem crítica e de longo prazo. Esse cenário escancara a distância entre o potencial transformador tão celebrado nos discursos e a concretização, sempre frágil e intermitente, da EA no chão da escola.

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

Diante desse quadro, compreender como os professores da educação básica concebem a Educação Ambiental e quais desafios enfrentam para implementá-la de modo interdisciplinar se torna não apenas um exercício acadêmico, mas uma necessidade urgente. O presente estudo, assim, analisou os desafios da Educação Ambiental interdisciplinar na educação básica, atentando tanto para as concepções docentes quanto para os limites institucionais que atravessam o cotidiano escolar.

2 Referencial teórico

2.1 Educação Ambiental: fundamentos e perspectivas Seção secundária

A Educação Ambiental não é um território pacífico. É um campo vivo, em permanente construção, onde diferentes vozes disputam sentidos e direções. Desde que ganhou força no cenário internacional, especialmente nos anos 1970, a EA deixou de ser vista apenas como um conjunto de práticas voltadas a salvar a natureza. Aos poucos, foi se entendendo que educar ambientalmente é muito mais do que ensinar a reciclar ou plantar árvores. Trata-se de formar pessoas capazes de olhar para as relações entre sociedade e meio ambiente com estranhamento, com crítica e com esperança.

Autores como Layrargues (2004) nos lembram que uma Educação Ambiental que se pretende crítica não pode se contentar em culpar o indivíduo por jogar lixo na rua. É preciso ir além. É preciso perguntar: quem produz o lixo? Por que tantas embalagens? Que lógicas econômicas e políticas estão por trás do que chamamos de "degradação ambiental"? Nesse mesmo movimento, Sauvé (2005) nos convida a enxergar a pluralidade da Educação Ambiental. Existem muitas correntes, desde as mais naturalistas até as mais emancipadoras. E essa diversidade não é um problema. Ao contrário, é um convite à reflexão constante sobre o que se quer quando se educa ambientalmente.

Ampliando essa perspectiva, Loureiro (2012) defende que a Educação Ambiental crítica deve estar comprometida com processos de transformação social, articulando educação, cidadania e participação política. Nessa mesma direção, Carvalho (2012) enfatiza que a EA não se restringe à dimensão ecológica, mas envolve a construção de sujeitos capazes de interpretar e intervir nas dinâmicas socioambientais.

Essa diversidade teórica evidencia que a Educação Ambiental não pode ser reduzida a um único modelo de atuação pedagógica. Ela exige reflexão constante sobre seus fundamentos e finalidades, especialmente no contexto escolar, onde tantas outras urgências disputam a atenção de professores e gestores.

2.2 A interdisciplinaridade como princípio da Educação Ambiental

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

Se os problemas ambientais não chegam até nós arrumados em gavetinhas, por que insistir em tratá-los de forma separada? A interdisciplinaridade não é um luxo teórico na Educação Ambiental. É uma necessidade prática. Como nos ensina Reigota (2002), o meio ambiente é um espaço de relações. Nele, o rio, a fábrica, a família, o lixão, a escola e a chuva estão todos misturados. Separar o "natural" do "social" é um gesto didático que, muitas vezes, empobrece a compreensão da realidade.

O problema é que a escola tradicional foi construída exatamente sobre a lógica da fragmentação. Cada disciplina no seu horário, cada conteúdo no seu quadrado. Essa estrutura, tão familiar, se torna um dos maiores obstáculos para que a interdisciplinaridade de fato aconteça. Jacobi (2003) nos ajuda a ver que a interdisciplinaridade não é apenas juntar conteúdos. Ela exige uma outra maneira de pensar o conhecimento, uma outra postura diante do ensino. Mais do que isso, exige tempo para planejar junto, conversa entre colegas, disposição para estranhar o que parece natural.

Guimarães (2004) reforça que a interdisciplinaridade na Educação Ambiental exige uma ruptura com práticas pedagógicas tradicionais, demandando maior articulação entre professores e novas formas de organização do trabalho escolar. Na prática, porém, a interdisciplinaridade muitas vezes vira um evento. Um projeto de fim de semana, uma feira de ciências, uma semana do meio ambiente. Ações bonitas, mas que raramente conseguem furar o tecido denso do currículo tradicional.

2.3 Educação Ambiental na educação básica: limites e desafios

Quando olhamos para o chão da escola, o cenário é mais modesto do que os discursos oficiais fazem parecer. Apesar das leis, das diretrizes, das boas intenções, a Educação Ambiental na educação básica ainda patina. Aparece aqui e ali, quase sempre nas mãos de um professor ou outro que resolve "abraçar a causa". E, quando aparece, muitas vezes vem com uma roupagem naturalista, como Reigota (2002) já havia notado. O meio ambiente vira sinônimo de natureza intocada, de bicho, de árvore, de rio limpo. O social, o político, o econômico, tudo isso fica de fora.

Essa visão reduzida acaba alimentando práticas que até são bem intencionadas, mas superficiais. Campanhas de conscientização, mutirões de limpeza, plantio de mudas. Ações legítimas, mas que, sozinhas, não dão conta da complexidade que a Educação Ambiental exige.

A organização disciplinar da escola também não ajuda. Os horários são rígidos, os conteúdos são muitos, o tempo para planejamento coletivo é escasso. Segundo Carvalho (2012), a estrutura do currículo em áreas isoladas dificulta a construção de propostas pedagógicas integradas, reforçando a fragmentação do conhecimento. E aí a Educação Ambiental, que deveria ser um fio que atravessa tudo, vira um apêndice, um enfeite, uma tarefa a mais na vida já tão atribulada dos professores.

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

Há, portanto, uma distância dolorosa entre o que os documentos proclamam e o que de fato acontece nas salas de aula. Embora a legislação brasileira estabeleça a Educação Ambiental como tema transversal, sua efetivação ainda depende, em grande medida, da iniciativa individual dos docentes, configurando-se, assim, um dos mais evidentes abismos entre o que se anuncia e o que se pratica.

2.4 Formação docente e práticas pedagógicas em Educação Ambiental

Talvez o nó mais delicado de todos seja a formação dos professores. Não por acaso. Como esperar que um professor desenvolva uma prática interdisciplinar e crítica em Educação Ambiental se ele mesmo, em sua formação inicial, nunca teve a chance de viver isso? Jacobi (2003) é certeiro ao afirmar que a consolidação da EA passa, necessariamente, pela capacidade dos docentes de compreender sua complexidade.

A realidade, porém, é teimosa. A maioria dos cursos de formação inicial ainda trata a Educação Ambiental como um tema de segunda classe, quando não a reduz a uma palestra ou a um capítulo solto. Guimarães (2004) aponta que muitos professores não recebem formação adequada para trabalhar com a temática de forma interdisciplinar, o que contribui para a reprodução de práticas fragmentadas. A formação continuada, quando existe, costuma ser esgarçada, descontextualizada, sem espaço para que os professores compartilhem suas angústias e suas descobertas.

Loureiro (2012) ressalta que a formação docente em Educação Ambiental deve ir além da transmissão de conteúdos, envolvendo processos reflexivos que possibilitem aos professores repensar suas práticas e concepções. Nesse sentido, a construção de espaços coletivos de planejamento e troca de experiências mostra-se fundamental.

Como mostrou a dissertação que deu origem a este estudo, muitos professores ainda carregam uma compreensão limitada do que seja Educação Ambiental. Para eles, ela está associada a conteúdos específicos, geralmente das Ciências, ou a atividades pontuais, como comemorar o Dia da Árvore. Essa compreensão não é um erro individual. É, antes de tudo, um reflexo do que lhes foi oferecido como formação.

E isso importa, porque as concepções dos professores orientam suas práticas. Se um professor entende a Educação Ambiental como algo menor, menor será o espaço que ela ocupará em seu planejamento. Se a entende como algo restrito à natureza, dificilmente conseguirá articular as dimensões sociais e políticas. Por isso, investir na formação de professores não é um detalhe. É a chave. É preciso criar processos formativos que incomodem, que provoquem, que deem tempo e espaço para a reflexão coletiva. Processos que ajudem os professores a se verem não como executores de receitas, mas como sujeitos que constroem, com outros, uma Educação Ambiental interdisciplinar, crítica e, sobretudo, transformadora.

Diante desse cenário, e considerando as lacunas formativas e estruturais apontadas pela literatura, a presente pesquisa buscou identificar, no cotidiano de uma escola pública, como

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

essas tensões se manifestam nas concepções e práticas docentes, conforme será apresentado a seguir.

3 Metodologia

A pesquisa realizada insere-se no campo das abordagens qualitativas, por buscar compreender as concepções e práticas docentes relacionadas à Educação Ambiental no contexto da educação básica, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos em suas experiências cotidianas. Tal perspectiva permite apreender a complexidade do fenômeno investigado, especialmente no que se refere às relações entre discurso e prática no ambiente escolar.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo de caso, desenvolvido em uma escola pública localizada no município de Diadema, estado de São Paulo. A escolha por esse delineamento justifica-se pela possibilidade de realizar uma análise aprofundada de uma realidade específica, permitindo compreender, de forma contextualizada, os desafios da implementação da Educação Ambiental em sua dimensão interdisciplinar.

Os participantes da pesquisa foram professores da educação básica que atuam em diferentes áreas do conhecimento, o que possibilitou a análise da temática ambiental sob múltiplas perspectivas disciplinares. A seleção dos sujeitos ocorreu de forma intencional, considerando sua inserção no contexto investigado e sua disponibilidade para participação na pesquisa.

A produção dos dados ocorreu por meio de três instrumentos complementares: questionários semiestruturados, entrevistas e análise documental. Os questionários tiveram como objetivo levantar informações iniciais sobre as concepções dos docentes acerca da Educação Ambiental. As entrevistas, por sua vez, possibilitaram aprofundar aspectos relacionados às práticas pedagógicas, às dificuldades enfrentadas e às estratégias utilizadas pelos professores no desenvolvimento de ações voltadas à temática ambiental. A análise documental concentrou-se no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, buscando identificar a presença e a forma de inserção da Educação Ambiental no planejamento institucional.

O processo de análise dos dados fundamentou-se na análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), desenvolvida em três etapas: (i) pré-análise, com a organização do material; (ii) exploração dos dados, por meio da codificação e categorização; e (iii) tratamento dos resultados, com interpretação à luz do referencial teórico. A partir desse processo, foram construídas categorias analíticas que permitiram compreender as concepções docentes e os principais desafios relacionados à efetivação da Educação Ambiental de forma interdisciplinar.

Além disso, buscou-se articular constantemente os dados empíricos com o referencial teórico adotado, de modo a evitar descrições superficiais e promover uma análise interpretativa consistente. Essa articulação mostrou-se fundamental para evidenciar as tensões entre as diretrizes normativas da Educação Ambiental e sua concretização no cotidiano escolar.

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa respeitou os princípios estabelecidos para estudos envolvendo seres humanos, garantindo o anonimato dos participantes e a confidencialidade das informações. Todos os sujeitos foram informados sobre os objetivos da pesquisa e participaram mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (CEP/Unifesp), sob o parecer nº 4.070.436, CAAE nº 0326/2020. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

4 Resultados e discussão

A análise dos dados, fundamentada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitiu identificar um conjunto de tensões estruturais entre as concepções docentes, as práticas pedagógicas e as condições institucionais de implementação da Educação Ambiental (EA). Tais tensões materializam, no cotidiano escolar, o distanciamento entre o discurso interdisciplinar presente nas políticas educacionais e sua efetivação na prática.

Participaram da pesquisa 6 docentes da rede estadual de ensino de Diadema, atuantes nas áreas de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências, com perfil relativamente homogêneo: todas do sexo feminino, o que reflete a composição predominante do corpo docente da unidade escolar investigada, com idade entre 31 e 60 anos e experiência superior a cinco anos na docência. Embora esse perfil indique um corpo docente experiente, os dados revelam lacunas significativas na formação específica em Educação Ambiental, especialmente no que se refere ao domínio de referenciais teóricos e documentos normativos da área.

Essa fragilidade formativa torna-se evidente quando se analisam as concepções de Educação Ambiental apresentadas pelas participantes. De modo geral, predominam definições associadas à preservação da natureza, à reciclagem e à conscientização individual, indicando uma visão predominantemente naturalista e conservacionista. Tais concepções, embora relevantes, mostram-se limitadas diante da complexidade do campo, aproximando-se do que Reigota (2002) denomina de redução do meio ambiente à dimensão ecológica, desconsiderando seus aspectos sociais e políticos.

Para sintetizar essas concepções, apresenta-se a Tabela 1.

Tabela 1 – Síntese das concepções docentes sobre Educação Ambiental

Categoria de concepção	Características identificadas	Frequência observada
Naturalista	Meio ambiente como natureza (fauna, flora, vida)	Alta
Conservacionista	Ênfase em preservação, reciclagem, uso consciente	Alta

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

Ampliada (incipiente)	Relação sociedade-natureza, visão sistêmica	Baixa

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A predominância dessas concepções indica um distanciamento das abordagens críticas defendidas por Layrargues (2004) e Sauvé (2005), nas quais a Educação Ambiental deve problematizar as relações de poder e os processos socioeconômicos que estruturam a crise ambiental. Além disso, foram identificadas dificuldades conceituais importantes, como a confusão entre os termos conservação e preservação, bem como a sobreposição entre Educação Ambiental e sustentabilidade, evidenciando lacunas no domínio teórico da área.

No que se refere às práticas pedagógicas, observou-se que a EA é desenvolvida majoritariamente por meio de atividades pontuais e desarticuladas, como projetos de reciclagem, uso de textos, vídeos e debates em sala de aula. Embora tais iniciativas demonstrem interesse docente, sua descontinuidade compromete a consolidação de práticas interdisciplinares.

A Tabela 2 sintetiza as principais estratégias utilizadas.

Tabela 2 – Práticas pedagógicas em Educação Ambiental

Tipo de prática	Exemplos identificados	Caracterização
Atividades pontuais	Semana do Meio Ambiente, projetos isolados	Descontinuadas
Recursos didáticos	Textos, vídeos, debates	Apoio complementar
Projetos escolares	Reciclagem, reaproveitamento	Foco técnico-operacional

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Esses resultados corroboram com a análise de Jacobi (2003), ao evidenciar que a interdisciplinaridade ainda enfrenta obstáculos estruturais no contexto escolar, permanecendo mais no plano discursivo do que na prática pedagógica. Observa-se, ainda, uma forte centralização da temática ambiental nas disciplinas de Ciências, o que contraria seu caráter transversal.

As dificuldades relatadas pelas docentes reforçam esse cenário. Entre os principais desafios destacam-se: a falta de tempo devido a sobrecarga curricular, a ausência de formação continuada específica, a escassez de recursos didáticos e o baixo apoio institucional. Tais elementos indicam que os entraves à Educação Ambiental extrapolam o âmbito individual, estando diretamente relacionados às condições estruturais da escola.

A Tabela 3 apresenta uma síntese dessas dificuldades.

Tabela 3 – Principais dificuldades na implementação da Educação Ambiental

Categoria	Descrição
Curricular	Falta de tempo e excesso de conteúdos obrigatórios
Formativa	Ausência de formação inicial e continuada em EA

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

Institucional	Baixo apoio da gestão e ausência de projetos estruturados
Material	Escassez de recursos didáticos e infraestrutura

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Outro dado relevante refere-se ao engajamento dos estudantes, percebido pelas docentes de forma ambígua: embora haja interesse inicial, a ausência de continuidade nas ações dificulta a consolidação de práticas significativas. Esse aspecto evidencia a necessidade de abordagens pedagógicas mais sistemáticas e contextualizadas.

Por fim, a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) revelou uma contradição central que sintetiza os achados desta pesquisa. Embora o documento apresente princípios alinhados à interdisciplinaridade, à sustentabilidade e à formação crítica, não há diretrizes claras para a implementação da Educação Ambiental no cotidiano escolar. Essa lacuna contribui para que a temática seja desenvolvida de forma pontual e dependente da iniciativa individual dos docentes.

Essa contradição entre planejamento e prática reforça a análise de Carvalho (2012), ao destacar a distância entre as políticas educacionais e sua efetivação no contexto escolar. Ao mesmo tempo, iniciativas presentes no PPP, como projetos coletivos e propostas de integração com a comunidade, indicam potencial para o desenvolvimento de práticas mais consistentes, desde que acompanhadas de formação docente e apoio institucional.

Dessa forma, os resultados evidenciam que os desafios da Educação Ambiental interdisciplinar não se restringem às concepções docentes, mas envolvem um conjunto articulado de fatores formativos, curriculares e institucionais. É nesse entrelaçamento que se materializa a distância entre discursos e práticas, eixo central deste estudo.

5 Considerações finais

Os resultados deste estudo permitem afirmar que a Educação Ambiental, no contexto investigado, encontra-se atravessada por uma tensão persistente entre o campo discursivo e a prática pedagógica, evidenciando que sua consolidação como proposta interdisciplinar ainda enfrenta entraves significativos na educação básica. Embora haja reconhecimento, por parte das docentes, da relevância da temática ambiental, esse reconhecimento não se traduz, de maneira consistente, em práticas estruturadas, contínuas e articuladas ao currículo escolar.

As concepções docentes identificadas revelam uma predominância de perspectivas naturalistas e conservacionistas, centradas na preservação dos recursos naturais e na mudança de comportamentos individuais. Ainda que tais abordagens possuam valor formativo, mostram-se insuficientes diante da complexidade das problemáticas socioambientais contemporâneas, uma vez que não incorporam, de forma sistemática, dimensões sociais, políticas e econômicas que estruturam a crise ambiental. Essa limitação conceitual impacta diretamente a prática pedagógica, restringindo a Educação Ambiental a ações pontuais, descontínuas e, em muitos casos, desvinculadas de uma perspectiva crítica e transformadora.

ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

Outro aspecto relevante refere-se às lacunas na formação inicial e continuada das docentes, evidenciadas tanto pelo desconhecimento de documentos orientadores da área quanto pela dificuldade em desenvolver práticas interdisciplinares. Tal cenário reforça a necessidade de políticas formativas que ultrapassem a abordagem conteudista, promovendo processos reflexivos capazes de articular teoria e prática, conforme apontado no referencial teórico deste estudo. A formação docente, nesse sentido, configura-se como elemento central para a efetivação da Educação Ambiental no contexto escolar.

No âmbito institucional, os resultados indicam que as dificuldades enfrentadas pelas docentes não se restringem ao plano individual, mas estão profundamente relacionadas às condições estruturais da escola. A sobrecarga curricular, a escassez de recursos didáticos, o baixo apoio da gestão e a ausência de diretrizes claras no Projeto Político-Pedagógico contribuem para a fragilização das práticas de Educação Ambiental. A análise do PPP revelou, de forma contundente, uma contradição entre o discurso institucional que valoriza a interdisciplinaridade e a sustentabilidade e a ausência de mecanismos concretos para sua implementação.

Apesar dessas limitações, o estudo também evidencia potencialidades importantes. A percepção, ainda que incipiente, da necessidade de integração entre áreas do conhecimento, bem como a disposição das docentes em desenvolver projetos e práticas relacionadas à temática ambiental, indicam um campo fértil para a construção de propostas pedagógicas mais consistentes. Tais elementos sugerem que a superação dos desafios identificados não depende exclusivamente da mudança de concepções individuais, mas de um movimento articulado entre formação docente, reorganização curricular e fortalecimento das políticas institucionais.

Dessa forma, conclui-se que a efetivação da Educação Ambiental interdisciplinar na educação básica exige um reposicionamento tanto no plano formativo quanto no institucional, de modo a promover a integração entre saberes, a continuidade das práticas pedagógicas e a construção de uma abordagem crítica e contextualizada. Reduzir a distância entre discursos e práticas, portanto, não é apenas um desafio pedagógico, mas uma necessidade urgente frente às demandas socioambientais contemporâneas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental**: da prática à teoria. 6. ed. Campinas: Papirus, 2004.

Revista Internacional Movimentos Docentes (MOVDOC)
ISSN 3086-7452
Vol. 1, 2024, p.54-64
10.47247/movdoc.v1i.17

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (org.). **Educação ambiental:** repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2004. p. 85-103.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (org.). **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44

Recebido em 07 de agosto de 2024.
Publicado em: dezembro de 2024.